

## **CLASSIFICAÇÃO RACIAL NO CENSO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O PROBLEMA DA “NÃO DECLARAÇÃO”**

### **RACIAL CLASSIFICATION IN THE SCHOOL CENSUS OF BASIC EDUCATION AND THE PROBLEM OF “NO DECLARATION”**

### **LA CLASIFICACIÓN RACIAL EN EL CENSO ESCOLAR DE EDUCACIÓN BÁSICA Y EL PROBLEMA DE LA “NO DECLARACIÓN”**

#### **Maria Railma Alves**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro; Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Montes Claros; Coordenadora do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico – raciais

[railmalves@hotmail.com](mailto:railmalves@hotmail.com)

#### **Mônica Maria Teixeira Amorim**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais; Professora do Departamento de Métodos e Técnicas Educacionais da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unimontes; Integrante dos Grupos de Pesquisa e Estudos Gênero e Violência, do Grupo de Pesquisa para uma Educação Decolonial PluriEtnoPopular, do Núcleo InSerto, do Projeto Emancipa e do NEAB – Unimontes e do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico - raciais.

[monica.amorim@unimontes.br](mailto:monica.amorim@unimontes.br)

#### **Aneuzimira Caldeira Souza**

Mestra em Educação pela Universidade Federal de Viçosa (UFV); Integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas- NEABI, do IFNMG/Campus Araçuaí) e da Comissão de heteroidentificação do IFNMG/ Campus Araçuaí e do Observatório das Desigualdades e Discriminações Étnico - raciais.

[aneuzimira.souza@ifnmg.edu.br](mailto:aneuzimira.souza@ifnmg.edu.br)

*Recebido em: 30/01/2022*

*Aceito para publicação: 24/03/2022*

#### **Resumo**

O Censo Escolar constitui extraordinário instrumento de coleta de informações sobre a educação brasileira. Trata-se de ferramenta importante para a construção e implementação de políticas educacionais comprometidas com a redução das desigualdades educacionais e raciais que caracterizam a nossa realidade. Por essa razão, o quesito étnico-racial, que envolve levantamento de dados sobre raça/cor dos alunos, constitui uma variável extremamente necessária neste levantamento porque permite melhor monitorar nossa situação educacional. Contudo, a questão da classificação de raça/cor de estudantes brasileiros traz à baila o problema da “Não Declaração”, que se revela muito intenso em percentuais do Censo Escolar recentemente divulgados. O presente artigo discute essa problemática a partir de revisão bibliográfica e análise de dados secundários do Censo Escolar de 2015 e do Censo Escolar de 2019. Nesse sentido, aborda historicamente as variáveis raça/cor nos levantamentos oficiais e não oficiais no país, apresenta dados do Censo Escolar da Educação Básica - com destaque para a classificação da raça/cor de alunos no Brasil em diferentes regiões e níveis de ensino - e destaca os altos percentuais de “não declaração”. Aborda, ainda, a classificação de raça/cor de estudantes em áreas

remanescentes de quilombos e os altos percentuais de “não declaração” nesse contexto, bem como aponta a presença de dificuldades no levantamento dessa variável no ambiente escolar. Outrossim, destaca a relevância de novas pesquisas que tratem do tema e que possam contribuir para ampliar, entre outras, as análises sobre a relação da classificação de raça/cor e seus efeitos no aprofundamento das desigualdades educacionais e raciais.

**Palavras-chave:** Censo Escolar, educação básica, raça-cor, não declaração, desigualdades.

#### Abstract

The school census is an important tool for collecting information on Brazilian education. It is an important tool for the construction and implementation of educational policies committed to the reduction of educational, racial and social inequalities that characterize our reality. For this reason, the ethnic-racial issue, which involves collecting data on race/color of students, is an extremely necessary variable in this survey because it allows us to better monitor our educational situation. However, the question of the race/color classification of Brazilian students raises the problem of “No Declaration”, which is very intense in recently released percentages of the School Census. The present article discusses this problem through bibliographic review and analysis secondary data from the 2015 School Census and the 2019 School Census. In this sense, it historically addresses the race-color variables in official and unofficial surveys in the country, presents data from the Basic Education School Census - with emphasis on the classification of race/color of students in Brazil in different regions and levels of education, and highlights the high percentages of “no declaration.” It also addresses the classification of race/color of students in remaining quilombo areas and the high percentages of “no declaration” in this context, as well as pointing out the presence of difficulties in raising this variable in the school environment. Furthermore, it highlights the relevance of new research that addresses the theme and that can contribute to expand, among others, the analyzes on the relation of the race/color classification and its effects in the deepening of the educational and racial inequalities.

**Keywords:** School Census, basic education, race/color, no declaration, inequalities.

#### Resumen

El Censo Escolar es un instrumento extraordinario para recopilar información sobre la educación brasileña. Es una herramienta importante para la construcción y implementación de políticas educativas comprometidas con la reducción de las desigualdades educativas y raciales que caracterizan nuestra realidad. Por ello, el tema étnico-racial, que consiste en recoger datos sobre la raza-color uno de los aspectos importantes de la identidad étnica y racial de los alumnos, es una variable extremadamente necesaria en esta encuesta porque nos permite hacer un mejor seguimiento de nuestra situación educativa. Sin embargo, la cuestión de la clasificación raza-color de los estudiantes brasileños lanza luz sobre el problema de la “No Declaración”, que se revela muy intenso en los porcentajes del Censo Escolar divulgado recientemente. Este artículo aborda esta cuestión a partir de una revisión y análisis de la literatura, de datos secundarios del Censo Escolar 2015 y 2019. En ese sentido, aborda históricamente las variables color - raza en encuestas oficiales y no oficiales del país, presenta datos del Censo Escolar de Educación Básica - con énfasis en la clasificación de color - raza de los estudiantes en Brasil en diferentes regiones y niveles de enseñanza, y destaca los altos porcentajes de “no declaración” en ese contexto, además de señalar la presencia de dificultades en el levantamiento de esta variable en el ámbito escolar. Además de eso, permite identificar otras investigaciones a respeito del tema, que puedan contribuir a la ampliación de sua análise, sobretudo la relación entre la clasificación raza-color y sus efectos en la profundización de las desigualdades educativas y raciales.

**Palabras llave:** Censo escolar, Educación básica, raza-color, no declaración, desigualdades.

#### Introdução

O Censo Escolar constitui importante instrumento de coleta de informações sobre a educação básica brasileira. É realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC), com a colaboração das secretarias municipais e estaduais de educação e a participação da totalidade de escolas do país, tanto públicas quanto privadas. A coleta de dados é feita em duas etapas, sendo que a primeira envolve levantamento de matrícula inicial e contempla “coleta de informações sobre

os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, alunos e profissionais escolares em sala de aula”, e a segunda focaliza na situação do discente, ocupando-se de “dados sobre o movimento e rendimento escolar dos alunos, ao final do ano letivo”<sup>1</sup>.

O censo cumpre relevante propósito de contribuir para a compreensão da realidade da educação escolar no país e subsidiar o desenho e avaliação de políticas públicas educacionais. Nesse sentido, trata-se de ferramenta importante para a construção e implementação de políticas comprometidas com a redução das desigualdades educacionais, raciais e sociais que caracterizam nossa realidade. Por essa razão, o quesito étnico-racial, que envolve levantamento de dados sobre raça-cor dos alunos, constitui uma variável extremamente necessária neste levantamento porque nos permite melhor monitorar nossa situação educacional – saber quem são nossos estudantes, quem são os que se matriculam na escola básica, quem são os concluintes, quantos evadem, ou seja, questões que nos importam se queremos garantir educação de qualidade socialmente referenciada para todos.

Contudo, a questão da classificação de raça/cor de estudantes brasileiros traz à baila o problema da “Não Declaração”<sup>2</sup>, que se revela muito intenso em percentuais do Censo Escolar recentemente divulgados. O presente artigo discute essa problemática. Para tanto, aborda inicialmente as variáveis raça/cor nos levantamentos oficiais e não oficiais no país a partir de um breve histórico. Em seguida, apresenta dados do Censo Escolar da Educação Básica, com destaque para a classificação da raça/cor de alunos no Brasil em diferentes regiões e níveis de ensino. Nesse bojo, destaca os altos percentuais de “Não Declaração” e, em seguida, trata da classificação de raça/cor de estudantes em áreas remanescentes de quilombos, também assinalando os altos percentuais de “Não Declaração” nesse contexto. Posteriormente, discute a presença de dificuldades no levantamento dessa variável no ambiente escolar e, por fim, assinala a relevância de estudos que tratem dessa problemática e possam contribuir com as análises acerca da relação da classificação de raça/cor com as seguintes variáveis: estigmatização, discriminação étnico-racial dos estudantes e ampliação das desigualdades educacionais.

## **A variável raça/cor nos censos e outros levantamentos feitos no Brasil: Um breve histórico**

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar> Acesso em: 10/10/2020.

<sup>2</sup> A “não declaração” refere-se à não indicação da raça/cor dos estudantes ou à não informação referente à raça/cor dos alunos.

Acionar a variável raça para favorecer a análise sobre as desigualdades sociais é uma medida que tem encontrado eco entre muitos pesquisadores e agências governamentais. Assim, tanto no Brasil quanto no contexto internacional, indagações relativas aos componentes étnicos, nacionais, religiosos ou raciais compõem o universo dos sistemas estatísticos. Paixão e Carvano (2008) apontam os países que utilizam, de forma direta, a variável raça em seus levantamentos. Para os autores, quando os países “incorporam a variável raça em seus questionários censitários de forma indireta” tem-se um maior esclarecimento da relevância do uso dessa categoria. Assim, os dados extraídos da “Divisão de Estatística da ONU” revelam, segundo descrição de Paixão e Carvano, que:

entre os anos 1990 e 2000, em 121 países e territórios de todo o mundo (de um total que se aproxima de 175 países independentes em todo o planeta) estavam presentes no interior de seus respectivos sistemas estatísticos algum tipo de pergunta acerca do pertencimento étnico (incluindo ou aborígine, grupo linguístico, ancestralidade), nacional (para além da nacionalidade predominante), religioso ou racial (ou cor da pele) aos seus habitantes (PAIXÃO e CARVANO, 2008, p. 34).

Os autores informam ainda:

do conjunto de questionários disponibilizados no portal do Departamento de Estatísticas do ONU, podemos ver que o quesito raça aparecia em um total de doze países independentes: Anguila, Bermudas, Brasil, Colômbia, Equador, Estados Unidos (EUA), Jamaica, Ilhas Salomão, Moçambique, Palau, Santa Lúcia e Zâmbia. Além destes, o quesito raça aparecia nos questionários censitários de cinco territórios ultramarinos dos EUA: Ilhas Guam; Ilhas Mariana do Norte; Ilhas Samoa; Ilhas Virgens e Porto Rico. (Idem. Grifo nosso).

No caso específico do Brasil, o quesito raça tem sido utilizado desde o primeiro recenseamento em 1872. A variável étnico-racial compunha as questões relativas à indagação sobre raça: brancos, pretos, pardos e caboclos eram abordados nesse período. Em 1890, seguiu-se o mesmo procedimento e acrescentou-se a categoria mestiço. No início do século XX (1900 e 1920) a variável não foi incluída no processo de levantamento, visto que, de acordo com Petrucelli apud Marcelino e Silva (2019), predominavam nos meios científicos da época ideias de um “‘racismo científico’, que associava traços da negritude a uma suposta degeneração da população e inferioridade cultural”. Foi um momento em que foram implementadas políticas de embranquecimento da população, incrementada pela entrada de mão de obra de imigrantes europeus e asiáticos com o intuito de diluir o fenótipo negro com a

adição de uma população branca estrangeira, entendida como uma “raça superior”. Em 1940, com o surgimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1938), a classificação por raça foi retomada.

A indagação a respeito do quesito se deu a partir da variável cor, e registra, também nesse ano (1940), a inserção da categoria amarela em função do aumento desse contingente populacional – resultado da imigração. Em 1950 e 1960 mantém-se o mesmo formato anterior. Entretanto, no Censo de 1970 não foi incluído o quesito raça no levantamento. A explicação pode estar relacionada ao contexto político (ditadura civil-militar) que, talvez, tenha contribuído para a exclusão dessa variável no interior do questionário censitário. A incorporação da variável étnico-racial é identificada no levantamento Censitário de 1980 e segue os padrões de 1960 (alternativas de respostas, autotranscrição da cor e presença do quesito em uma amostra de 25% do total de domicílios) (PAIXÃO e CARVANO, 2008, p. 39).

Em 1991, alterações foram identificadas. Nesse ano, pode-se destacar a inclusão da categoria indígena no levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - inclusão considerada extremamente pertinente porque incorpora um grupo da população até então excluído dos recenseamentos. Em 2000 e 2010 não houve alterações na forma de levantamento desse quesito. No entanto, Marcelino e Silva (2019) ressaltam que, em 2010, o quesito cor/raça passou a ser coletado de forma censitária, e não amostral, e foi também o primeiro Censo a demonstrar que a população branca não era a maior do país: 47,7% se declararam brancos; 43,1%, pardos; 7,6%, pretos; 1,1%, amarelos; e 0,4%, indígenas.

O Quadro 1, a seguir, denominado por Paixão e Carvano (2008) de “Descrição sintética da variável cor ou raça nos censos brasileiros - 1872-2000” ajuda a dimensionar a inserção da cor ou raça em levantamentos oficiais do Estado brasileiro:

**Quadro 1 – Descrição sintética da variável cor ou raça nos censos brasileiros (1872-2000)**

Ano censitário	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Variável étnico-racial presente? (sim ou não)	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
Variável indagada	Raça	Raça	-	-	Cor	Cor	Cor	-	Cor	Cor ou Raça	Cor ou Raça
Tipos classificatórios (seguindo seqüência dos questionários censitários)	Branco, Pardo; Preto e Caboclo	Branco, Preto, Caboclo e Mestiço	-	-	Branco, Preto, e Amarelo (Pardo para não resposta)	Branco, Preto, Amarelo e Pardo	Branco, Preto, Amarelo e Pardo	-	Branco, Preto, Amarelo e Pardo	Branco, Preto, Amarelo, Pardo e Indígena	Branco, Preto, Amarelo, Pardo e Indígena

Fonte: PAIXÃO e CARVANO, 2008, p. 41.

O Quadro 1 permite visualizar a presença da variável cor ou raça na maior parte dos levantamentos, com variação no uso da terminologia – por vezes verifica-se a presença somente da expressão “raça”, em outras apenas o termo “cor”, e nos censos mais recentes a combinação das duas. Sobre os tipos classificatórios os autores chamam atenção para o empardecimento da população brasileira a partir da inserção da variável pardo. A análise de dados permite notar que a proporção de pardos no cenário brasileiro passou de 21,2% em 1940 para 38,4% em 2000, o que corresponde a um crescimento na ordem de 2,7% ao ano. Os pretos não caminharam na mesma direção dos pardos, tendo evoluído populacionalmente em média 0,94% ao ano, o que corresponde a 34,8% do crescimento populacional dos pardos e 44,7% do crescimento populacional dos brancos. Dessa maneira, “a presença relativa dos pretos na população brasileira declinou progressivamente entre 1940 e 1991 (de 14,6% para 4,9%), somente voltando a apresentar um pequeno aumento no ano 2000 (quando passou para 6,2% da população brasileira)” (PAIXÃO, 2005 apud PAIXÃO e CARVANO, 2008, p. 42).

É importante observar que de 2001 a 2020 a variável étnico-racial se mantém presente – sendo a variável indagada “raça e/ou cor” e os tipos classificatórios branco, pardo, preto, amarelo e indígena. Outra consideração relevante apontada pelos autores refere-se à constatação e à localização, no IBGE, de outros organismos governamentais que também incorporam a variável raça/cor nos levantamentos, e dentre eles figuram aqueles coordenados pelo instituto, por outros órgãos governamentais e instituições independentes, sendo:

- Vinculados ao IBGE, os principais levantamentos são: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - (PNAD), Pesquisa Mensal de Empregos - (PME), Pesquisa dos Orçamentos Familiares - (POF), Estudo da Economia Informal Urbana e a Pesquisa dos Padrões de Vida - (PPV);
- Vinculados ao Ministério da Educação através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC), encontra-se o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e, a partir do ano de 2005, o INEP/MEC incorporou a variável no Censo Escolar, realizado anualmente.
- Na área da Saúde, destacam-se os levantamentos do DATASUS: Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), baseado no preenchimento da Declaração de Óbito, no Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e no preenchimento do Sistema Nacional de Agravos Notificados (SINAN);
- No âmbito do Ministério do Trabalho, são identificados: Relatório Anual de

Análises Setoriais / Cadastro de Empregados e Desempregados (RAIS/CAGED), Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), vinculado à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- Nas esferas estaduais, a Pesquisa das Condições de Vida (PCV), realizada quadrienalmente nos municípios do Estado de São Paulo, desde o ano de 1990, é uma referência dessa abordagem. (PAIXÃO e CARVANO, 2008).

Na mesma fronteira, entidades não oficiais efetivaram outras pesquisas que tratam da questão raça/cor no Brasil, e dentre as quais podemos destacar:

- Racismo Cordial (1995), do Datafolha, e a pesquisa Discriminação Racial e Preconceito de Cor no Brasil, realizada pela Fundação Perseu Abramo, respectivamente realizadas nos anos de 1995 e 2003.
- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde, desenvolvida pela Sociedade Civil de Bem-Estar no Brasil (BENFAM/1996).
- Pesquisa Nacional de Comportamento Sexual e Reprodutivo, efetuada pelo Centro Brasileiro de Pesquisa (CEBRAP) em parceria com o Ministério da Saúde, nos anos de 1999 e 2006. (PAIXÃO e CARVANO, 2008)

Outro levantamento relevante executado foi identificado na área do mercado de trabalho (Mapa do Negro no Mercado de Trabalho), através do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE/1999). Na sua metodologia, desenvolvida juntamente com a Fundação SEADE, são estabelecidas também parcerias com órgãos estaduais de seis localidades (Pernambuco, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Brasília), aplicando a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PAIXÃO e CARVANO, 2008, p. 42-43).

Ressalta-se, aqui, a relevância desses levantamentos para os estudos envolvendo o exame dos processos de estigmatização e discriminação étnico-racial e seus efeitos na ampliação das desigualdades de modo geral e de forma específica das desigualdades educacionais. Nessa direção, salientamos que levantamentos recentes evidenciam, entre outras questões, percentuais significativos de “Não Declaração”<sup>3</sup>, e estes percentuais merecem ser analisados na sua relação com a estigmatização da população negra e com o abandono

<sup>3</sup> Coleta de informações sobre a categoria cor/raça, após a publicação da Portaria nº 156/2004 seguiu a orientação estabelecida pelo IBGE que optou por: branca, preta, parda, amarela e indígena, com a adição da opção “não declarada” às definições, adição essa realizada desde o início do acréscimo deste quesito ao questionário, mesmo sendo obrigatório o registro dessa informação “não declarada” a adição deste quesito ao questionário contribuiu para o aumento de “não declaração”.

escolar, que é considerável nesse grupo<sup>4</sup>. Ademais, Senkevics, Machado e Oliveira (2016) salientam que tais percentuais elevados de respostas à opção “não declarada” fragilizam as possibilidades de análises educacionais por cor/raça no Censo Escolar. Examinamos essa questão em seguida.

### **O Censo Escolar da Educação Básica: Informações sobre Cor/raça e o problema da “Não Declaração”**

Em se tratando especificamente do Censo da Educação, e focalizando a Educação Básica, dados recentes, relativos à última década no Brasil, nos permitem localizar o quesito cor/raça e averiguar como os estudantes se classificaram. Nesse âmbito, situa-se o “Relatório de informações sobre o campo cor/raça – Censo Escolar da Educação Básica - Alunos, por informação de cor/raça – Brasil, 2010 a 2014” (INEP/MEC, 2015). Dentre os dados evidenciados nesse período, a classificação dos alunos por raça/cor (branco, pardo, preto, amarelo e indígena) no país e seus percentuais se distribuem conforme a Tabela 1, a seguir. Ressalta-se que os dados cor/raça revelam como os sujeitos se classificaram.

**Tabela 1:** Classificação Alunos, por informação de cor/raça – Brasil, 2010 a 2014.

Ano	Preto	Pardo	Branco	Amarelo	Indígena	Não declarada
2010	3,2%	28,8%	25,8%	0,5%	0,4 %	41,3%
2011	3,2%	30,7 %	26,9 %	0,4%	0,5%	38,4%.
2012	3,2%	31,12%	27,9%	0,4%	0,5%	36,1%.
2013	3,3%	33,1%	28,6%	0,4%	0,5%	34,1%.
2014	3,3%	33,9 %	29,2%	0,4%	0,5%	32,7%;

Fonte: INEP/MEC, 2015.

Entre os percentuais prevalece, para todos os anos, a categoria “pardo”, mas um dado que chama atenção no período investigado é o alto percentual de não declaração. E embora a não declaração registre uma redução entre 2010 a 2014, ainda demonstra percentagem considerável em 2014, ou seja, 32,7%. Quando se examinam os percentuais de não declaração por “Grandes Regiões” do Brasil em 2014, observa-se que estes também são significativos, com destaque para a região Sudeste, onde observa-se o percentual mais alto de não declaração. Os percentuais, divididos por região, podem ser visualizados na Tabela 2, na sequência.

<sup>4</sup>Entre outros, os estudos de Gonçalves (2003), Reis (ca.2001) e Adão (ca.2001) trazem dados que atestam a exclusão social e educacional dos negros no Brasil.



**Tabela 2:** Percentual de não declaração (aluno) por ETAPA – Brasil e Grandes Regiões, 2014.

LOCALIDADE	DECLARADA	NÃO DECLARADA
<b>Brasil</b>	67,3%	32,7%
<b>Região Norte</b>	64,6%	35,4%
<b>Região Nordeste</b>	64,5%	35,5%
<b>Região Sudeste</b>	27,8%	72,2%
<b>Região Sul</b>	66,2%	33,8%
<b>Região Centro-Oeste</b>	60,0%	40,0%

Fonte: INEP/MEC, 2015.

Os percentuais de não declaração também podem ser visualizados por etapas do ensino e foram organizados pelas seguintes etapas: educação infantil, ensino fundamental (anos iniciais), ensino fundamental (anos finais), ensino médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA/Fundamental, EJA/Médio e Educação Profissional). Os “Percentuais de não declaração (aluno) por ETAPA – Brasil e Grandes Regiões, 2014” encontram-se dispostos na Tabela 3, abaixo.

**Tabela 3:** Percentuais de Não Declaração por ETAPA de Ensino

Brasil	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste
<b>a) Educação Infantil:</b>					
30%	35%	35%	26%	26%	29%
<b>b) Fundamental – anos iniciais:</b>					
26%	30%	29%	28%	27%	32%
<b>c) Fundamental – anos finais:</b>					
34%	39%	41%	26%	35%	45%
<b>d) Ensino Médio:</b>					
40%	41%	41%	36%	43%	50%
<b>e) EJA/Fundamental:</b>					
43%	43%	39%	38%	62%	52%
<b>f) EJA/Médio:</b>					
46%	44%	37%	44%	71%	56%
<b>g) Educação Profissional:</b>					
46%	44%	54%	46%	39%	30%

Fonte: INEP/MEC, 2015.

Os dados da Tabela evidenciam que no Brasil os percentuais mais altos de “não declaração” se concentram na Educação Profissional e na EJA/Ensino Médio. Tal qual no Brasil, na região Norte os percentuais mais altos se encontram tanto na Educação Profissional

(44%) quanto na EJA/Médio (44%). Os percentuais para Educação Profissional são também os maiores nas regiões Nordeste (54%) e Sudeste (46%). Os percentuais mais elevados presentes nas regiões Sul e Centro-Oeste se concentram na EJA/Médio – sendo 71% na região Sul e 56% na região Centro-Oeste. Nota-se, portanto, uma concentração de percentuais de não declaração na Educação Profissional e na EJA/Ensino Médio.

O Censo Escolar de 2019 setorizou os relatórios por regiões, não sendo possível analisar a evolução dos dados no conjunto das etapas escolares por regiões. Mas é possível observar uma tendência de queda no que tange à não declaração de cor/raça, apontada em 27,8% em todas as etapas da educação básica. O relatório do Censo 2019 informa ainda que as maiores proporções de alunos de cor/raça branca são identificadas na creche (54,1%) e na educação profissional concomitante ou subsequente (48,5%), representando mais da metade dos alunos dessas etapas. Por outro lado, pretos e pardos são maioria nas demais etapas de ensino, em especial na educação de jovens e adultos (EJA), em que representam 72,5% dos alunos. O gráfico 1, adiante, ilustra bem essa realidade.

**Gráfico 1:** percentual de matrículas por cor/raça segundo etapas de ensino - Brasil 2019



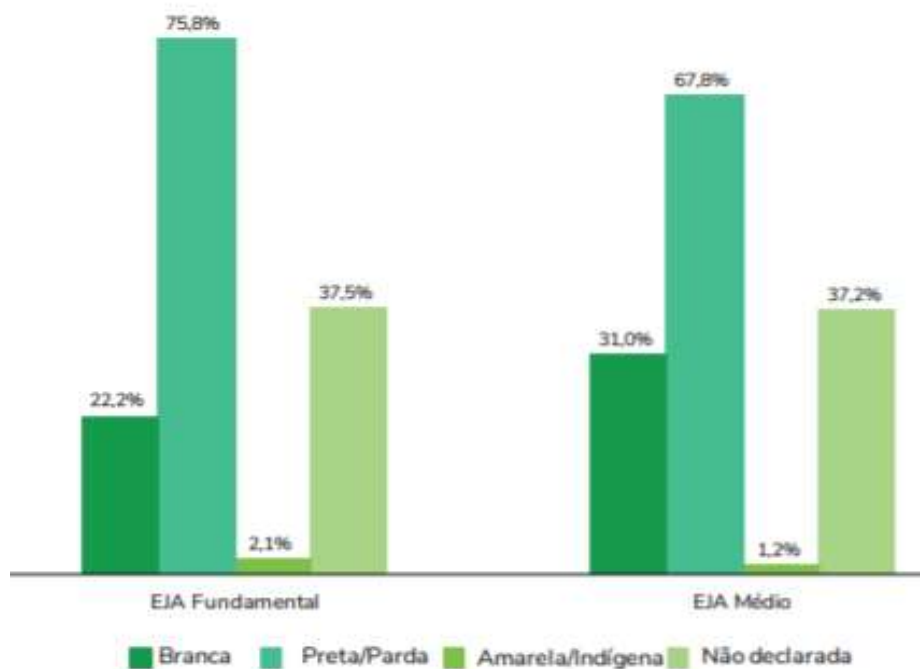
Fonte: INEP/MEC (2020).

Salta aos olhos o percentual de 72,5% referente à matrícula em EJA dos alunos com

informação de cor/raça declarada. Isso demonstra claramente que os alunos identificados como pretos/pardos são predominantes na educação de jovens e adultos (EJA) do ensino fundamental e médio. Pretos e pardos representam 75,8% da EJA fundamental e 67,8% da EJA médio. Os alunos declarados como brancos representam 22,2% da EJA fundamental e 31,0% da EJA médio. Para Haddad (2012), a EJA é uma modalidade específica da educação básica, destinada aos sujeitos que tiveram negado, ao longo de suas vidas, o direito de acessar e de permanecer na educação escolar, seja na infância, na adolescência ou na juventude. Os dados revelam que os pretos/pardos constituem a parcela da população bastante afetada pela exclusão do sistema educacional.

Sobre os percentuais dos não declarados, embora menores do que no Censo de 2014, observa-se que ainda permanecem altos, em torno de 37%, conforme se verifica no Gráfico 2, a seguir.

**Gráfico 2:** Percentual de matrículas na educação de jovens e adultos de nível fundamental e de nível médio segundo cor/raça – Brasil/2019



Fonte: INEP/MEC (2020).

Os altos percentuais de não declaração ora demonstrados também se apresentam em dados que se referem, particularmente, à classificação de raça/cor de estudantes em áreas remanescentes de quilombos - questão que será abordada na sequência.

## A “Não Declaração” de estudantes em áreas remanescentes de Quilombos:–Um desafio para o fortalecimento da identidade negra

O exame dos dados do Censo Escolar relativos ao campo “Alunos em escolas em áreas remanescentes de quilombos, por informação de cor/raça – Brasil e Grandes Regiões, 2014” apresenta um percentual considerável de sujeitos que não declararam sua raça/cor, ou seja, 32,4%. Os percentuais para as variáveis cor/raça nesse contexto se distribuem da seguinte forma: 12,7% (preta), 45,8% (parda), 8,5% (branca), 0,4% (amarela), 0,2 % (indígena), e 32,4% (não declarada). Nota-se que a porcentagem de pardos (45,8%) é a que se destaca, seguida da porcentagem “não declarada” (32,4%).

Ao localizar os percentuais por regiões, o número de não declarados também se revela significativo. Os indicadores apresentados, por região, são os seguintes:

- Região Norte: 0,2% (amarela), 3,6% (branca), 0,1% (indígena), 48,4% (parda), 19,3 (preta); **não declarada, 28,4%**.
- Região Nordeste: 0,4% (amarela), 5,6% (branca), 0,2% (indígena), 49,5% (parda), 11,8 (preta); **não declarada, 32,5%**.
- Região Sudeste: 0,3% (amarela), 14,9% (branca), 0,1% (indígena), 42,0% (parda), 15,9 (preta); **não declarada, 26,7%**.
- Região Sul: 0,1% (amarela), 58,2% (branca), 0,1% (indígena), 8,7% (parda), 5,3 (preta); **não declarada, 25,2%**.
- Região Centro-Oeste: 0,4% (amarela), 7,4% (branca), 0,3% (indígena), 24,7% (parda), 5,3 (preta); **não declarada, 61,8%**. (INEP/MEC, 2015. Grifos nossos)

Os indicadores apontam para o problema da não declaração dos quilombolas. As regiões Nordeste - com o percentual de 32,5% - e a Centro-Oeste - com quase o dobro (61,8%) - se destacam. Proeminente estudo feito por Silva (2015) sobre o perfil da Educação Escolar Quilombola no Brasil (EEQ), a partir de dados do Censo Escolar da Educação Básica de 2012, já apontava o problema da subnotificação. Segundo a autora:

O quesito cor ou raça apresenta alta subnotificação: esta informação não foi declarada por 32,6% dos alunos (34,3% para o total da educação básica), o que limita a utilização desta variável. Do total de alunos, 59,0% se declararam negros (pretos ou pardos); 7,8%, brancos; 0,4%, amarelos; 0,3%, indígenas; além dos que não apresentaram correspondente declaração. Enquanto todas as regiões apresentaram porcentagens de subnotificação próximas à média nacional (de 26,4%

a 32,3%), a região Centro-Oeste apresentou 63,3%. (SILVA, 2015, p. 27-28).

A produção de dados sobre essa realidade específica mostra-se fundamental para o enfrentamento do quadro de desigualdades educacionais que caracteriza nosso país - desigualdades que se manifestam, inclusive, na produção ainda incipiente de dados estatísticos sobre a EEQ. O relatório do Censo 2019 nos permite identificar a presença de uma tendência de queda no que tange à não declaração de cor/raça em todas as etapas da educação básica, mas não permite verificar, em específico, esse dado em relação à EEQ.

Os resumos técnicos de Censos recentes, como os de 2017, 2018 e 2019, apresentam um gráfico que indica o “Percentual de matrículas por cor/raça, segundo etapas de ensino no Brasil”, mas não permitem averiguar a EEQ em específico, tampouco examinar o problema da “não declaração” na EEQ.

Em Parecer da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (PARECER CNE/CEB Nº 4/2017) a relatora Suely Melo de Castro Menezes, em resposta à consulta do INEP sobre “Diretrizes Operacionais para os procedimentos administrativos de registro de dados cadastrais de pessoa natural, referentes aos estudantes e profissionais de educação que atuam em instituições públicas e privadas”, informa que há um índice alto de respostas nas opções “não declarada” ou “não dispõe de informação” e especifica:

No caso da opção “não declarada” no Censo Escolar da Educação Básica, representa 33% das respostas do censo de 2014. Para os docentes esse índice ficou em 27%. Se a investigação for aprofundada sobre a composição étnico-racial dos alunos, observam-se diferenças consideráveis quando a coleta de dados é feita em escolas localizadas em áreas com identificação de ancestralidade. Nas escolas indígenas constata-se um índice de opção “não declarada” abaixo de índices nacionais, de apenas 14%. **Nas escolas quilombolas, entretanto, o percentual é similar à média nacional, de 33%.** (MENEZES, 2007, p. 2. Grifo nosso).

Ao pesquisar as razões “para o elevado índice de “não declarada”, foi constatado que muitas escolas não dispunham desses dados, pois a informação não havia sido preenchida”. (PARECER CNE/CEB Nº 4/2017, p. 2). Em se tratando de escola quilombola, nota-se uma estreita relação desse alto índice de “não declarada” com dificuldades da instituição em proceder ao registro. (ALVES, AMORIM e IDE, 2014). Assim, é necessário considerar a existência de dificuldades no levantamento da variável raça/cor no ambiente escolar - como problemas relacionados à compreensão sobre diferenciação entre pardo e branco, pardo e preto, pardo e amarelo; e à falta de esclarecimentos aos profissionais que atuam nas escolas sobre a importância do levantamento junto aos pais e/ou responsáveis e alunos. (ALVES,

---

AMORIM e IDE, 2014).

Tais dificuldades têm sido traduzidas em ações como: (1) classificação realizada, muitas vezes, pelo profissional da secretaria, sem abordagem direta junto aos envolvidos, e não indagação aos sujeitos no ato da matrícula, ocasionando um percentual bastante expressivo da não declaração; e (2) não efetuação do levantamento no momento da realização da matrícula. Essas dificuldades ocasionam inconsistência nos dados e sugerem a necessidade de sensibilização da escola para a importância do censo escolar, bem como da capacitação dos profissionais envolvidos com a sua realização. (ALVES, AMORIM e IDE, 2014).

Ademais, tais dificuldades precisam ser enfrentadas no sentido de trazer mais luz sobre a questão da classificação dos estudantes, ou seja, se há um número real de sujeitos que optam por não se declarar e se a “não declaração” representa um problema dos estudantes e/ou seus pais na sua assunção enquanto pardos e pretos (negros). Estudos que abordam o racismo na escola brasileira - dentre os quais os de Cavalheiro (2001), Gomes (1997), Gomes (2007); Gomes e Silva (2006), Gonçalves (2001), Moreira (1997), Bencini (2004) - apontam para a dificuldade dos estudantes se assumirem enquanto negros e o reflexo dessa dificuldade não apenas no desempenho escolar desses sujeitos, mas na multiplicação das desigualdades no âmbito escolar através da exclusão, do abandono escolar, da estigmatização e retraimento dos sujeitos, além do aprofundamento do quadro das desigualdades educacionais e étnico-raciais no país. Trata-se de um quadro que se apresenta, igualmente, em escolas quilombolas, via de regra, situadas em localidades marcadas pela pobreza e pela limitação no acesso aos bens sociais, econômicos e culturais. E trata-se de um quadro que precisa ser examinado, buscando, entre outros caminhos, a realização de estudos empíricos que permitam compreender a consistência/inconsistência dos dados que trazem, com tamanha frequência, a questão da “não declaração”.

Fato é que o INEP solicitou ao Conselho Nacional de Educação (CNE) a emissão de uma normativa federal de impacto nacional determinando a obrigatoriedade de as escolas coletarem dados relativos à raça/cor junto aos estudantes, às famílias e aos docentes, para inclusão nos censos da educação. À mesma normativa cumpre recomendar e fixar prazo para que o INEP retire dos censos as opções “não declarada”, “não dispõe de informação” e “aluno não quis declarar a raça/cor”. (PARECER CNE/CEB Nº 4/2017, p. 2). Nesse sentido, o parecer elaborado pelo CNE faz menção ao Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), lembrando que este garante a deliberação do governo federal acerca de questões étnico-raciais, “possibilitando que os censos educacionais proporcionem

informações estatísticas capazes de demonstrar [...] se o que propõe a referida lei vem sendo objeto da responsabilidade dos governos federal, estaduais e municipais”. Assim, o parecer acata a solicitação do INEP e delibera pelo encaminhamento de normas orientadoras ou “Diretrizes Operacionais” que indiquem os procedimentos de registro de dados de estudantes e profissionais de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, devendo estas instituições incluírem informações alusivas à raça/cor em seus cadastros, adotando as categorias do IBGE – amarela, branca, indígena parda e preta – e observando que “[...] a não declaração desses dados não impedirá a realização da matrícula dos estudantes e que os sistemas de ensino e suas instituições devem realizar procedimentos que promovam a cidadania”. (PARECER CNE/CEB Nº 4/2017, p. 3-4).

Espera-se que essas diretivas possam contribuir para a produção de dados mais consistentes sobre raça/cor – incluindo a produção mais específica destes dados no âmbito da EEQ. Como mencionamos anteriormente, a realização de pesquisas empíricas também pode ajudar a aprofundar as análises sobre a “não declaração” nessas comunidades e contribuir com o enfrentamento das dificuldades presentes no processo de registro de dados de estudantes e profissionais dos estabelecimentos de ensino, além do fortalecimento da identidade negra.

### **Considerações finais**

Em se tratando da classificação de raça/cor de estudantes brasileiros, os altos percentuais de “não declaração”, seja em escolas quilombolas ou não, sugerem a existência de dificuldades na classificação ou autoclassificação de parte considerável da população brasileira ou até mesmo o desinteresse das instituições escolares por esse tipo de levantamento. E trata-se de uma dificuldade que se mostra presente em todas as regiões brasileiras, com percentuais significativos em todos os níveis de ensino - embora mais concentrados na Educação Profissional e na EJA/Médio. Trata-se de um problema que também figura em escolas das áreas remanescentes de quilombos, com destaque para a região Centro-Oeste, onde o percentual de “não declarados” chega a 61,8%.

O problema em pauta, para além de indicar uma dificuldade na classificação presente no Censo Escolar, merece ser compreendido com maior profundidade, na sua relação com os processos de estigmatização e discriminação étnico-racial e seus efeitos na ampliação das desigualdades educacionais. Ademais, demanda novas pesquisas que possam ampliar as análises aqui empreendidas e contribuir com o levantamento de ações para o enfrentamento

do problema. Afora ações de sensibilização da escola para a importância do Censo e de capacitação dos profissionais envolvidos com sua realização, é necessário discutir a relação da classificação cor/raça no bojo de um processo de valorização da história, cultura e afirmação da identidade negra pelas escolas. Assim, as escolas precisam avançar na disponibilização de indicadores que auxiliem o poder público na construção de programas e de políticas públicas alinhadas com a inclusão social de todos os estudantes, negros e não negros.

### Referências Bibliográficas

ADÃO, Jorge Manoel. Práxis educativa do movimento negro do Rio Grande do Sul. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.) **Negro e Educação - Identidade Negra: Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Rio de Janeiro: [ca 2001], p. 59-70.

ALVES, Maria Railma; AMORIM, Mônica Maria Teixeira; IDE, Maria Helena de Souza. A educação no contexto de uma comunidade rural quilombola: uma reflexão sobre a identificação de cor/raça a partir do Censo Escolar. In: PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de; FERREIRA, Maria da Luz Alves. (Orgs.). **Entre o Rural e o Urbano: perspectivas das Ciências Sociais**. Montes Claros: Unimontes, 2014, p. 07-26.

BENCINI, Roberta. **Educação não tem cor**. Disponível em:  
<https://novaescola.org.br/conteudo/410/educacao-nao-tem-cor> Acesso em 26/03/2017.

BRASIL. Relatório de informações sobre o campo cor/raça - **Censo Escolar da Educação Básica Alunos, por informação de cor/raça - Brasil, 2010 a 2014** - BRASIL/INEP/MEC, 2015.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2017 - RESUMO TÉCNICO**. Brasília- DF, 2018.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2018 - RESUMO TÉCNICO**. Brasília- DF, 2019.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **CENSO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2019 - RESUMO TÉCNICO**. Brasília- DF, 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **PARECER CNE/CEB Nº 4/2017**. Brasília-DF, 04 de julho de 2017. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=67801-pceb004-17-pdf&category\\_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=67801-pceb004-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192) Acesso em 10/08/2020.

CAVALHEIRO, Eliane. **Racismo e Anti-Racismo na Educação**. São Paulo: Selo Negro, 2001.



GOMES, Nilma Lino. Escola e diversidade étnico-cultural: um diálogo possível. In: DAYRELL, Juarez. **Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura**. Belo Horizonte: Maza Edições, 1995. p. 85-91.

\_\_\_\_\_. Diversidade étnico-racial e educação no contexto brasileiro: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino. (Org.). **Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, p. 97-110.

GOMES, Nilma Lino. SILVA, Petronilha B. Gonçalves. (Orgs). **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive (Orgs). **500 anos de educação no Brasil**. 3ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 325-346.

HADDAD, Sérgio. Direito à Educação. In. CALDART, R. S; et al. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012, p. 215-222.

MARCELINO, Fabiana Teixeira; SILVA, Lenina Lopes; SILVA, José Moisés Nunes da. Apontamentos sobre a Classificação Racial presente no Censo Escolar da Educação Básica com Ênfase na Educação Profissional do Brasil (2005-2018). In: V COLÓQUIO NACIONAL E II COLÓQUIO INTERNACIONAL A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Regressão Social e Resistência da Classe Trabalhadora. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. (Anais), PPGE, 04 a 06 de setembro, Campus Natal Central - IFRN, 2019.

MOREIRA, Diva. Racismo na escola. **Presença Pedagógica**, vol 3, n.º 16, jul/ago, 1997.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. Censo e Demografia: a variável cor ou raça nos interior dos sistemas censitários brasileiros. In: Raça: novas perspectivas antropológicas. 2 ed. Salvador: ABA/EDUFBA, 2008.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Escola e Contexto Social: A identidade racial numa comunidade remanescente de quilombo. In: OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (Orgs.) **Negro e Educação - Identidade Negra: Pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil**. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, Rio de Janeiro: [ca 2001]. p. 143-157.

SENKEVICS, Adriano Souza; MACHADO, Tais de Sant'Anna; OLIVEIRA, Adolfo Samuel. **A cor ou raça nas estatísticas educacionais: uma análise dos instrumentos de pesquisa do INEP**. Brasília: INEP, 2016.

SILVA, Tatiana Dias. **Educação escolar quilombola no Censo da Educação Básica**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2015. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4218/1/td\\_2081.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4218/1/td_2081.pdf) Acesso em 10/08/2020.